27ª edição

MINIONU

Saberes que florescem



GUIA DE ESTUDOS

UNESCO (2026): Políticas educacionais para o desenvolvimento socioeconômico do Sul Global

DIRETORA
MARIA FERNANDA NEIVA

DIRETORES ASSISTENTES
ANDRÉ ASSIS
FELIPE CAMILO

MINIONU

PUC Minas

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DA EQUIPE 2
1.1 Maria Fernanda Oliveira Neiva - Diretora 2
1.2 André Assis Sales Dias - Diretor Assistente 3
1.3 Felipe Camilo Costa - Diretor Assistente 3

2 APRESENTAÇÃO DO TEMA 4
2.1 A educação como catalisador de desenvolvimento das nações 4
2.2 A importância da perspectiva decolonial para o desenvolvimento econômico do Sul Global 6
2.3 O papel da educação nos contextos de crise 10

3 APRESENTAÇÃO DO COMITÊ 11

4 PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS 14
4.1 Países-membros do Sul Global 14
4.2 Países-membros do Norte Global 14
4.3 As Organizações da Sociedade Civil e Organizações Internacionais (OIs) 164

5 QUESTÕES RELEVANTES PARA DISCUSSÃO 175

REFERÊNCIAS 176

ANEXO A – TABELA DE DELEGAÇÕES 18

1 APRESENTAÇÃO DA EQUIPE

1.1 Maria Fernanda Oliveira Neiva – Diretora

Olá, queridos delegados! Sejam muito bem-vindos à 27ª edição do MINIONU e ao comitê UNESCO (2026)! Meu nome é Maria Fernanda Neiva, tenho 21 anos, sou natural de Teófilo Otoni, no nordeste de Minas Gerais e durante o período da nossa simulação estou cursando o 5º período do curso de Relações Internacionais na PUC Minas. É com muita satisfação que me apresento como diretora deste comitê. Durante o ensino médio, participei de torneios de debates e de simulações online, incluindo eleitorais temáticas, em que representei o estado de Rondônia e a assessoria de comunicação, cuidando de parte da cobertura jornalística dos debates eleitorais e planos de campanha (similar ao CINI, aqui do MINIONU!). A primeira vez que me vi em uma simulação da ONU de fato foi em uma simulação online que me encontrei aleatoriamente cercada de delegados do Sudeste Asiático, sendo eu a única delegada do continente americano. Representei o Azerbaijão dentro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, onde debatemos sobre cerceamento de liberdades, principalmente a liberdade de imprensa, que era uma grande questão para a minha delegação. Esse é o meu terceiro ano no MINIONU: iniciei minha trajetória em 2024, como voluntária da Cúpula do Futuro (2024), na qual foram discutidos os desafios para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável promovidos pela Agenda 2030. No ano passado, voltei como diretora assistente do Conselho Europeu (2025), no qual discutimos as implicações sociais, políticas e econômicas do Brexit. Neste ano, com a UNESCO (2026), discutiremos sobre a importância do fortalecimento da educação para o desenvolvimento das nações do Sul Global. De maneira mais tangível, acredito que ferramentas pedagógicas (como o MINIONU!) são uma forma de promover o desenvolvimento da cidadania jovem. Estamos à disposição para o que vocês precisarem por e-mail e pelo Instagram: por favor, não hesitem em nos contatar. Aproveitem os materiais que preparamos, discursem (mesmo com medo!) e busquem conhecer pessoas novas! Para além de todo o aprendizado nos dias de simulação, considero as pessoas que o MINIONU traz como um dos maiores presentes que o evento proporciona. Com isso, desejo que vocês tenham um lindo MINIONU!

1.2 André Assis Sales Dias – Diretor Assistente

Olá, delegados! Dou minhas boas-vindas à UNESCO 2026! Me chamo André Dias, tenho 23 anos, estou no 8° período do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e sou diretor assistente deste importantíssimo comitê. O MINIONU me foi apresentado um pouco antes de eu entrar no

curso, quando estava tendo uma conversa informal com amigos que fiz em um voluntariado para o Festival do Japão, em 2023. No mesmo ano adentrei o projeto como voluntário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), e em 2024 fui diretor assistente da Conferência de Bangkok. Em 2025 tive o prazer de ser diretor do comitê Centro de Comando Organizacional (CCO) 1942. Agora, no meu último ano no projeto, estou compondo esta incrível mesa como diretor assistente. Sendo filho de professores do ensino básico, e tendo interesse em ingressar como profissional da educação, vejo que a discussão sobre a educação e seu papel — especialmente no Sul Global — é cada vez mais importante. Assim, fecho minha fala desejando bons estudos aos senhores delegados, conto com todos para participarem e se engajarem neste incrível evento que teremos e preparamos com tanto carinho! Vocês irão brilhar!

1.3 Felipe Camilo Costa – Diretor Assistente

Queridos delegados, eu sou Felipe Camilo Costa, e será um grande prazer conhecê-los! Tenho 21 anos e no momento desta edição do MINIONU estou no último período de minha graduação no curso de Relações Internacionais (emocionante!). Em todos esses anos de graduação, desde 2023, eu tive a oportunidade de participar de 4 edições do MINIONU — como voluntário na Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2023, como diretor assistente da Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU) de 2055 em 2024, como diretor do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em 2025 e, nesse ano, retorno uma última vez como diretor assistente da UNESCO (2026). Mesmo com tantos anos de MINIONU, cada edição é um fenômeno único, empolgante e que desperta em mim uma grande euforia pela possibilidade de propor a vocês, delegados, a oportunidade de aprender, discursar e crescer! Por isso, espero que na UNESCO deste ano vocês possam sorrir, se divertir, se emocionar, aprender e, mais importante, realizar seus sonhos! Vocês são potências, e como tanto, será um enorme prazer estarmos com vocês em outubro! Vejo vocês lá!

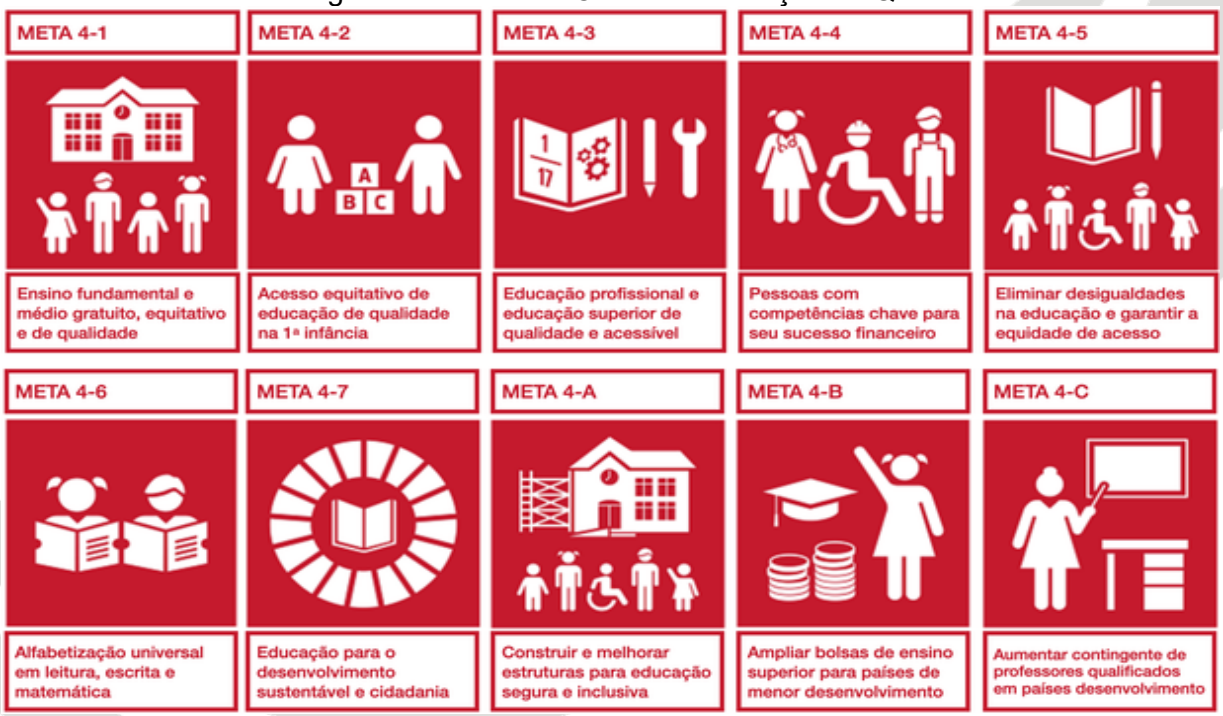
2 APRESENTAÇÃO DO TEMA

2.1 A educação como catalisador de desenvolvimento das nações

A educação é uma ferramenta transformadora quando promove o pensamento crítico, a autonomia e a reflexão, sendo um dos principais indicadores de desenvolvimento econômico, social e político ao redor do mundo. Para Paulo Freire, a educação é um processo no qual os povos podem refletir sobre si, servindo como uma ferramenta para o desenvolvimento e autonomia dos indivíduos. Além disso, visa também a construção do diálogo e da cooperação para além da formação técnica para o mercado de trabalho (Agostini; Silveira, 2018). De forma similar, Anísio Teixeira destacava a educação como fundamental para a construção de uma sociedade democrática e com mais equidade, destacando a importância da educação como um direito universal para a formação integral das nações (Salas, 2023).

Tendo em vista a importância deste tema, Educação de Qualidade foi estabelecido como Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 na Agenda 2030 das Nações Unidas. Esse objetivo engloba a adoção de políticas de não-discriminação de qualquer tipo, a busca pela equidade de gênero, a qualificação de professores através da cooperação internacional, o desenvolvimento de habilidades que assegurem o acesso e a permanência no mercado de trabalho, a garantia do estudo de qualidade e gratuito, além do aumento de acesso a bolsas de estudo para estudantes e o avanço da educação em países em desenvolvimento.

Figura 1 – Metas do ODS 4 – Educação de Qualidade



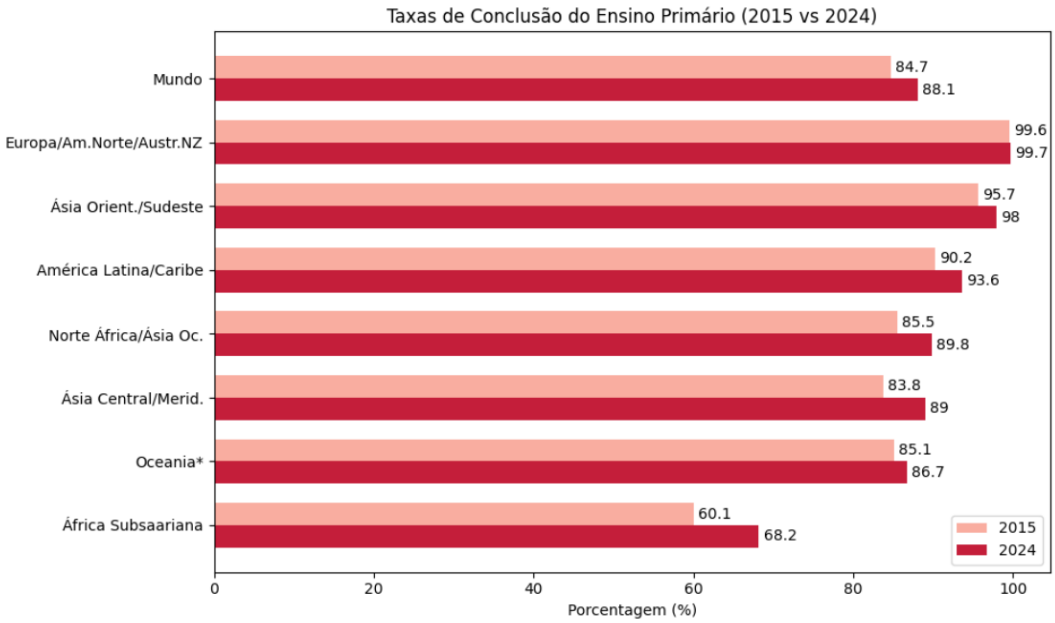
Fonte: ONU (2023)

No cenário atual, as metas voltadas à educação se demonstram necessárias já que as taxas de alfabetização global apresentam resultados mistos. Enquanto muitos países apresentam crescimento relativo na alfabetização, outros seguem estagnados. Diante deste cenário, é importante ressaltar a diferença crucial entre os índices de anos de escolaridade e os índices de crescimento ou declínio habilidades cognitivas: Horner e Hulme (2017) destacam que, apesar do índice de escolaridade aumentar em países em desenvolvimento ao longo dos últimos anos, estudos baseados em habilidades cognitivas (buscando identificar se há um aprendizado real derivado do tempo que os alunos passam nas escolas) não mostram diferenças significativas. Como evidência, os autores mencionam os resultados do teste do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) nas áreas de leitura, ciências e matemática ao redor do mundo. Isso mostra que garantir o acesso às escolas é necessário, mas não é suficiente: a qualidade de ensino precisa ser garantida também. Esse efeito de estagnação é frequentemente associado a instabilidades políticas, ambientais e econômicas derivadas de muitos países em cenários conflituosos ou em crise, como levantado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) nos últimos anos (UNICEF, s/d).

Conforme a Figura 2, entre 2015 e 2024 a taxa mundial de conclusão do ensino fundamental aumentou de 85% para 88%, porém, a taxa de ensino médio incompleto passou de 74% para 78%, e a do ensino médio superior de 53% para 60%. Com isso, é possível relacionar os países com menores índices educacionais com aqueles com os menores índices de desenvolvimento. Entretanto, os países com mais investimento em acesso à educação básica geram mais oportunidades de ascensão social e econômica para a sua população. Nos países em processo de desenvolvimento, por exemplo, as taxas de evasão escolar no ensino fundamental e médio colaboram para puxar essa média para baixo.

Para ilustrar, na África Subsaariana uma em cada três crianças não concluem o ensino fundamental no tempo previsto pelo sistema, sendo essa deficiência um dos fatores que contribuem para a estagnação do desenvolvimento socioeconômico local, sendo importante ressaltar que esse cenário também é piorado pelas instabilidades locais decorrentes de crises humanitárias e guerras civis na região. Além disso, taxas de aprendizagem e alfabetização têm se mostrado muito modestas ou em declínio nas publicações dos últimos anos (The Sustainable Development Goals Report, 2025). Para alcançar o Objetivo 4, o financiamento da educação deve se tornar uma prioridade de investimento nacional e internacional. Medidas como tornar a educação gratuita e obrigatória, aumentar o número de professores, melhorar a infraestrutura básica das escolas e adotar a transformação digital são essenciais para a melhora dos indicadores na dimensão educacional, conforme previsto pelo ODS 4.

Figura 2 – Taxas de conclusão do ensino fundamental e médio, 2015 e 2024 (percentual)



Fonte: The Sustainable Development Goals Report (2025)

Em relação à desigualdade no nível educacional entre países, torna-se necessário refletir sobre a influência da colonização neste tema. Segundo o Dicionário Priberam (s/d), ex-colônias são países que já foram dominados e administrados por outro país (ou metrópole) no passado e que hoje já possuem independência política e econômica. Em muitos casos, os países independentes são fortes parceiros políticos e econômicos de suas ex-metrópoles, como o caso da Inglaterra e dos Estados Unidos. Em relação aos países classificados como ex-colônias, nota-se que sofrem impactos de políticas educacionais estagnadas derivadas de seus períodos de colonização – como um currículo focado em homogeneização regional, cultural e religiosa, por exemplo – somadas a um sistema educacional precarizado em infraestrutura e capital humano. Além disso, outros problemas como pobreza, crises e instabilidade no ambiente familiar, que ocasionam na baixa adesão escolar e alta taxa de evasão escolar, mantêm esses países em um ciclo vicioso de pobreza, afetando principalmente sua parcela mais miserável e dificultando uma ascensão socioeconômica significativa no cenário global (The Sustainable Development Goals Report, 2025).

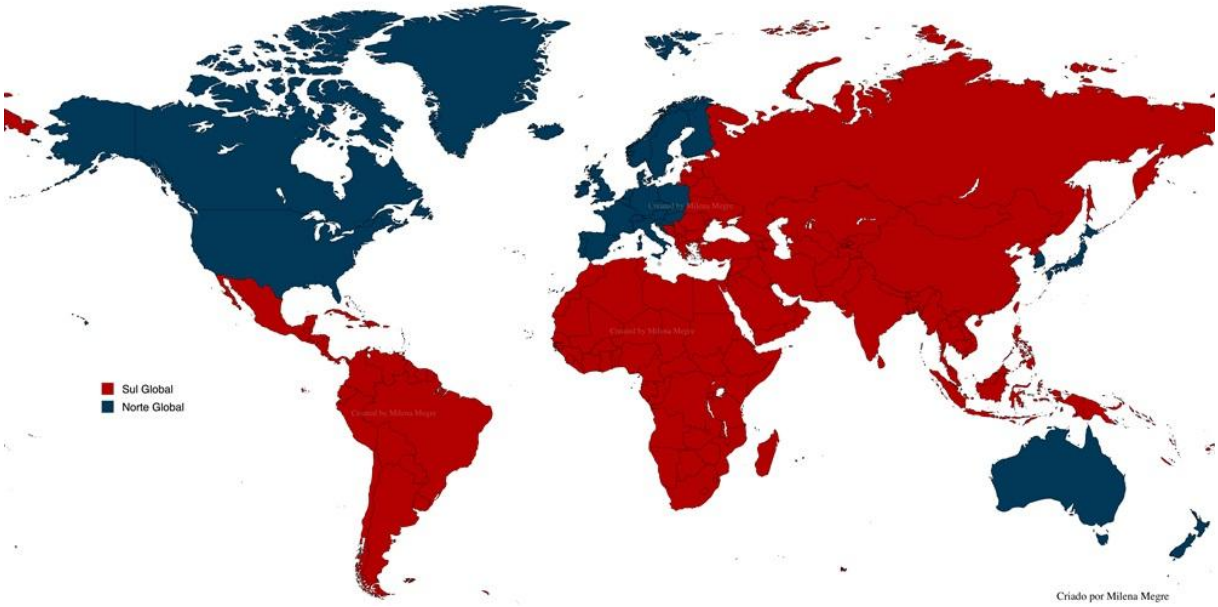
2.2 A importância da perspectiva decolonial para o desenvolvimento econômico do Sul Global

As definições de “Norte” ou “Sul Global” são uma evolução da caracterização dos países em relação ao seu status (atual e histórico) de desenvolvimento socioeconômico para além de simplificações “rico/pobre” e “colonizador/colonizado”. Para além da divisão

geográfica são levados em conta fatores como a riqueza relativa das nações integrantes e relativa estabilidade política nos âmbitos democráticos (Braff; Nelson, 2022). Apesar de países como Nova Zelândia e Austrália serem ex-colônias, são ambos considerados parte do Norte Global devido ao desenvolvimento econômico, riqueza e alinhamento político aos países ocidentais, mesmo que estes estejam inseridos no Hemisfério Sul, geograficamente. Além disso, é válido ressaltar que a ascensão de nações como China e Rússia, ao destacarem-se no cenário econômico global, têm desafiado o rótulo de Sul Global que lhes foi atribuído como sinônimo de países subdesenvolvidos, mas ainda assim são vistas como potências em ascensão do Sul Global. É válido também destacar o crescimento do Sudeste Asiático e do próprio Brasil, especialmente quando comparado aos seus vizinhos. No cenário cotidiano, é mais tangível distanciar o conceito de Sul Global da concepção que reduz os países a apenas menos desenvolvidos que o Norte. Ao analisar os países em ascensão supracitados, é possível vincular o Sul Global à noção de questionamento da ordem atual e a busca por um cenário mais multipolar no ambiente internacional, com maior diversidade de atores e de relações econômicas.

Historicamente, a criação da perspectiva que envolve Norte-Sul Global foi fruto da necessidade de descolonizar a classificação pejorativa predominante de países de “Terceiro Mundo”, originada durante o período da Guerra Fria, para classificar os países que não se alinharam ao bloco capitalista (Primeiro Mundo) ou ao socialista (Segundo Mundo), destacando-se pelo movimento dos “Países Não-Alinhados” na Conferência de Bandung. Essa estrutura possibilita clareza ao analisar dinâmicas de poder e prosperidade – e suas desigualdades – nos países ao redor do globo. Desde a metade do século XX, o Sul Global tem demonstrado força na construção de alianças multilaterais e da cooperação entre seus países integrantes, com projetos para mitigar desigualdades sistêmicas das estruturas de poder advindas dos “Países do Norte” há muito tempo vigentes (Dicionário de Relações Internacionais, 2024). Essa ascensão foi mais visível durante a Conferência de Bandung em 1955, na qual 29 países da Ásia e da África se reuniram para debater o papel do “Terceiro Mundo” no contexto global do período da Guerra Fria, junto a tópicos relacionados ao desenvolvimento econômico, cooperação cultural, paz e descolonização (Office of the Historian, 20 –?).

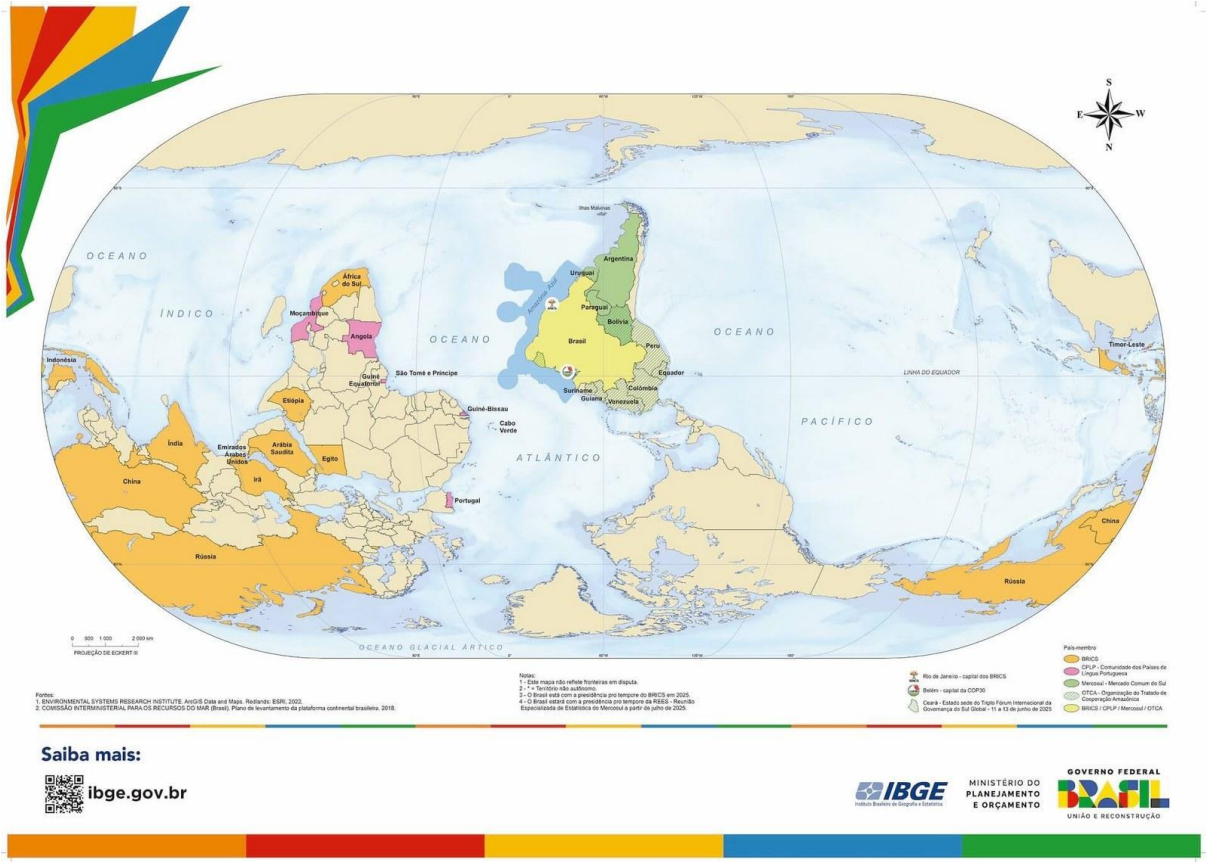
Figura 3 – Países do Norte e Sul Global



Fonte: Megre (2025)

Apesar dos desafios políticos e econômicos, as lideranças do Sul Global têm se destacado em diversos fóruns internacionais pela atuação para contornar esses desafios junto às agendas de desenvolvimento socioeconômico e sustentável, seja por meio da cooperação entre países do Sul e do Norte Global, seja pelo papel destacado das lideranças do Sul nas discussões internacionais de maior relevância (Dicionário de Relações Internacionais, 2024). Alguns exemplos desse fenômeno envolvem: o crescimento do número de membros e parceiros do BRICS+, que passou de cinco para onze membros em 2024, além de mais dez países parceiros; o destaque das discussões diplomáticas entre os países do Sul Global, as quais envolvem o fortalecimento das alianças dos países do G20 e suas iniciativas e o interesse de alinhamento de mais de 30 países com o BRICS (BRICS Brasil, 2024). Na figura 4, por exemplo, o mapa destaca o aumento da influência do Brasil na cooperação do Sul Global, evidenciando a ascensão da região nos debates internacionais. Além disso, um exemplo claro de cooperação Sul-Sul bem-sucedida é o plano de cooperação para o desenvolvimento de habilidades e educação entre os países da União Africana, Índia e Brasil, indo além das parcerias comerciais para fomentar o desenvolvimento sustentável através da troca de experiências, forças de trabalho e financiamento estudantil para o desenvolvimento das regiões após períodos de grande fragilidade política e econômica (UNDP, 2016).

Figura 4 – Mapa-múndi – Triplo Fórum Internacional da Governança do Sul Global



Fonte: IBGE (2025)

Além disso, é necessário ressaltar que o entendimento básico do mundo, do passado, e do presente, é uma construção narrativa através da perspectiva cultivada no ambiente escolar. Vários países independentes politicamente das potências que os colonizaram, possuem sistemas educacionais pouco alterados desde seus tempos coloniais. O Brasil, por exemplo, é independente de Portugal há mais de 200 anos, e não depende mais da ex-metrópole nas esferas financeira ou política. Entretanto, o impacto colonial ainda é significativo em muitas estruturas econômicas e sociais do cotidiano brasileiro. O Brasil obteve sua independência como nação devedora da Inglaterra, devido aos empréstimos tomados por Portugal. O déficit financeiro do país afeta não só a infraestrutura e educação, mas também a moradia, o trabalho e o direito, levando a uma dependência estrutural, reproduzida nos sistemas educacionais ao redor do mundo e levando à perpetuação de estigmas relacionados aos países em desenvolvimento ou ex-colônias. A educação, nesse [1]sentido, tem um papel essencial na manutenção de diferentes tipos de colonialismo, já que

[1] Legenda de País Membro: Laranja - BRICS; Rosa - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Verde - Mercosul; Verde Sombreado - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); Amarelo - BRICS/CPLP/Mercosul/OTCA.

> A escola na modernidade/colonialidade foi instrumentalizada para promover normativas civilizatórias, desenvolvimentistas e de controle social, econômico e epistêmico, com o objetivo de estabelecer um sistema de poder global localizado na Europa Ocidental como centro do poder mundial. A lógica dominante moderna/colonial iniciada a partir da Conquista nas Américas, em 1492, se instaura mediante a hierarquização racial, econômica e sexual ao desqualificar povos, culturas e grupos situados fora da lógica eurocêntrica. Enquanto resposta a matriz colonial do poder, o Pensamento Decolonial nos aponta para caminharmos na direção de uma reinvenção social, epistêmica e ontológica a partir de rupturas sociais com as lógicas dominantes (Silva, p. 7, 2023).

Ao analisar o atual cenário internacional, é possível perceber que a articulação dos países do Sul Global deve ser estendida para externalizar a perspectiva de seus membros não apenas economicamente, mas também social e culturalmente, já que o discurso comum e mais normalizado é proveniente das potências do Norte, que tendem a construir narrativas a partir da visão “colonizadora”. No decorrer da descentralização dos discursos para potências emergentes, recupera-se a noção de “perigo de uma única história”, como explica a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Ela traz a ideia de poder associada à existência de uma única história ou perspectiva, uma vez que o poder se constrói condicionado pelo agente da narrativa. Assim como diz Mignolo (2008, p.290), “(...) a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender (...), já que nossos cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial”. Portanto, ao visar novas perspectivas para o aprendizado, é possível construir novas noções de identidade, cidadania e possibilidade de crescimento, em vez da estagnação derivada de histórias únicas.

2.3 O papel da educação nos contextos de crise

Os tópicos anteriores evidenciam a importância da educação para o desenvolvimento socioeconômico dos países. Entretanto, é necessário discutir o impacto da educação em países em situações extraordinárias, que além de possuírem problemas como desigualdade social alarmante ou instabilidade econômica, possuem uma situação de conflito armado interno e/ou externo, mudanças climáticas ou epidemias graves, caracterizando cenários críticos. Estes são alguns dos exemplos que podem ameaçar a segurança física de seus cidadãos junto aos fatores preexistentes supracitados, que são piorados exponencialmente.

De acordo com o UNICEF, o setor educacional recebe menos de 3% da ajuda humanitária destinada a esses cenários, sendo frequentemente o primeiro serviço a ser suspenso e o último a ser reestabelecido nesses contextos. A organização também relata que o número de crianças em idade escolar que interromperam os estudos devido à crise climática tem aumentado a cada ano, com mais de 242 milhões apenas no ano de 2024.

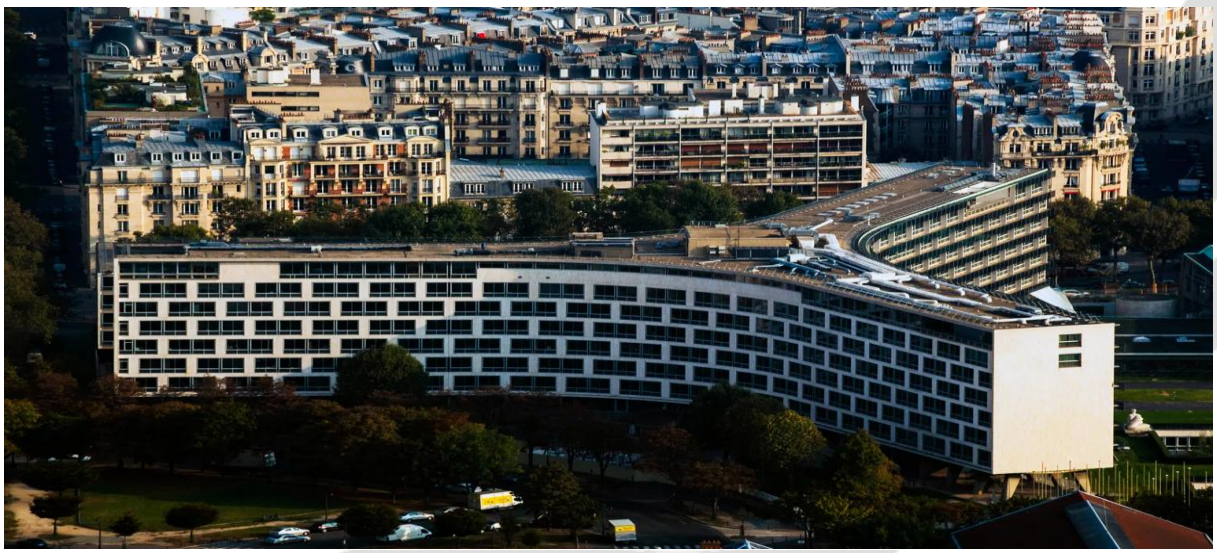
As nações em crise sofrem com pouco financiamento, falta de professores e a escassez de dados é um fator que atrasa a resolução de problemas imediatos e a longo prazo por prejudicar o processo de tomada de decisão e afetar o atendimento a todas as vítimas da crise, afetando a eficiência das equipes responsáveis.

3 APRESENTAÇÃO DO COMITÊ

A UNESCO – ou Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - é um Órgão das Nações Unidas fundado oficialmente em 1946, com a intenção de criar uma sociedade em que o desenvolvimento da educação, ciência e cultura pudesse culminar na construção de uma paz duradoura para além dos acordos políticos e econômicos, buscando a sua solidificação através da solidariedade intelectual construída através de redes entre os países. A organização depende de doações voluntárias para sustentar suas iniciativas ao redor do globo. Ela possui 194 Estados-membros, 53 escritórios regionais, 138 instituições e centros educacionais e várias redes globais de educação espalhados pelo mundo. A UNESCO é constituída por três órgãos principais: a Conferência Geral, o Secretariado e o Conselho Executivo. Esses órgãos são responsáveis pela definição dos objetivos, monitoração e sua execução, respectivamente (UNESCO in brief, 2023).

O Departamento de Educação da UNESCO é composto pelo Escritório Executivo e cinco divisões responsáveis pela mitigação de problemáticas específicas, sendo elas: Apoio à Educação 2030, Futuro da Aprendizagem; Políticas e Sistemas de Aprendizagem ao Longo da Vida; Inovação e Inclusão, Paz e Desenvolvimento Sustentável e o Relatório Global de Monitoramento da Educação, que visam promover educação de qualidade, com acesso igualitário que busca ultrapassar crises globais.

Figura 5 – Sede da UNESCO em Paris, França



Fonte: Peter Miller (2020)

Entendendo a educação como um poderoso instrumento de transformação da sociedade, além de ser um direito humano universal e fundamental para o alcance de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável além do ODS 4, destaca-se seu papel

fundamental no impulsionamento da paz, da igualdade de gênero, na erradicação da pobreza, além de ser uma ferramenta para contornar as crises ecológicas da contemporaneidade. Sendo assim, as atividades dos programas educacionais da UNESCO têm se construído na evolução dos problemas globais como conflitos prolongados, crise climática e a rápida ascensão do universo digital (UNESCO in brief, 2023).

Figura 6 – 38ª Conferência Geral da UNESCO – 70 anos da UNESCO



Fonte: ONU (2015)

A criação do Instituto Internacional de Planejamento Educacional (IIPE) da UNESCO teve apoio do governo francês, da Fundação Ford e do Banco Mundial, demonstrando a sua importância para todos os setores (seja social, seja econômico), sendo autônomo enquanto é ponte entre eles e outros atores internacionais (IIPE UNESCO, 20–). Sendo um de seus institutos mais antigos, foi fundado em 1963 para lidar com mudanças na educação global no período de reconstrução pós-guerra, além da onda de descolonização que levou à independência de 17 nações da África Subsaariana. Esses acontecimentos, alinhados ao desenvolvimento econômico, tecnológico e científico levaram ao surgimento do planejamento educacional.

Em relação ao alinhamento com os objetivos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, a UNESCO possui diversas pesquisas e iniciativas que abrangem os mais variados escopos para garantir acesso à educação de qualidade para crianças e adolescentes ao redor do mundo. Além disso, é a única agência das Nações Unidas com poder para englobar todos os aspectos da educação, sendo a liderança responsável pela coordenação e implementação da Agenda Global de Educação 2030 do ODS 4 em âmbito nacional, regional e global. Em eventos mais recentes dessa agenda, como a Pré-Cúpula “Transformando a

Educação” de 2022, foi discutida a elaboração de políticas para mitigar as lacunas na educação após a pandemia da COVID-19 e os principais empecilhos atuais para atingir os objetivos do ODS 4. A UNESCO inclui dentro de seus propósitos para o cumprimento do ODS 4 aspectos como saúde, segurança e o financiamento da educação em contextos de crise, pois trata-se não só de um recurso para atingir o desenvolvimento mas um recurso humanitário para assistir e mitigar situações emergenciais.

O comitê simulará uma Conferência Geral da UNESCO sobre políticas educacionais para o desenvolvimento do Sul Global, focando na educação primária e secundária de crianças e adolescentes ao redor do mundo. O comitê possui caráter recomendatório e é composto por 52 delegações, que serão representadas individualmente, sendo 50 delegações de países e organizações internacionais e 2 delegações do Comitê Internacional de Imprensa (CINI). As delegações envolvem organizações internacionais relevantes no âmbito internacional de desenvolvimento, cooperação e educação e atuam tanto na defesa dos direitos humanos de forma geral, quanto na promoção e financiamento da educação no mundo todo. As delegações de países são separadas em países que protagonizaram intensos processos de colonização, seja em posição de colonizador ou de colonizado, e organizações internacionais, envolvendo o terceiro setor, organizações financeiras e movimentos da sociedade civil. Por fim, a UNESCO (2026) será simulada em moderação tradicional e em português.

4 PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS

4.1. Países-membros do Sul Global

As delegações que são países-membros da UNESCO e que integram o Sul Global têm especificidades relacionadas à criação de seus sistemas educacionais e à manutenção de estruturas coloniais em alguns aspectos, como a perspectiva colonial nas escolas junto a metodologias mecanicistas, enquanto buscam estabilizar outros desafios dentro da região, levando em consideração mazelas políticas, econômicas ou crises humanitárias. Essas delegações trazem perspectivas relacionadas ao processo de desenvolvimento e relacionamento com potências do Norte Global e parcerias para o futuro da educação na região. Essas delegações, como oficiais, votam em questões procedimentais e substanciais dentro do comitê.

4.2 Países-membros do Norte Global

Cabe às delegações que representam países integrantes do Norte Global promover debates sobre a responsabilização ou não desses países com respeito aos processos coloniais anteriores, além de refletir sobre a estrutura atual de seus próprios sistemas educacionais, como as contradições presentes em seus conteúdos e materiais de alfabetização, como os impactos drásticos deixados pelos processos coloniais em outros países, por exemplo sociedades que sofreram com o sistema escravagista. As delegações do Norte Global, como também são membros oficiais, votam em questões substanciais.

4.3 As Organizações da Sociedade Civil e Organizações Internacionais (OIs)

As delegações de Organizações Internacionais (OIs), organizações da sociedade civil, blocos econômicos e instituições financeiras integram os 15 membros observadores deste comitê, ou seja: estes membros não votam em questões substanciais do comitê, como a proposta de resolução, podendo votar apenas em questões procedimentais que envolvem o funcionamento do comitê. Apesar disso, têm função fundamental no debate ao contribuírem com perspectivas das comunidades regionais e globais representadas por tais, podendo conduzir discussões ao pressionarem ações dos países membros do comitê além de contribuírem com iniciativas próprias, financiamento, cobranças e recomendações para os países membros.

5 QUESTÕES RELEVANTES PARA DISCUSSÃO

- Políticas de permanência nas escolas
    - Que políticas podem ser implementadas para assegurar o bem-estar das crianças e adolescentes ao redor do mundo para evitar a evasão escolar?
- Protagonismo do Sul Global
    - Como diversificar as perspectivas predominantes para promover a diversidade sociocultural do Sul Global dentro das escolas do Norte e Sul Global?
- Políticas de compensação das potências colonizadoras
    - Como os sistemas educacionais resultantes de processos colonizadores colaboram para a estagnação do desenvolvimento do Sul Global?
    - É de responsabilidade das potências colonizadoras contribuir com o desenvolvimento educacional dos países que afetaram com o processo colonizador? O que pode ser feito para mitigar a estrutura deixada por tal processo?
    - Como a parceria entre o Norte e o Sul Global pode assegurar o desenvolvimento socioeconômico através da educação básica da região Sul?
    - Como a “decolonização” do conhecimento nos sistemas educacionais das potências em ascensão do Sul Global contribuiria para o desenvolvimento da região?

REFERÊNCIAS

Advancing South-South cooperation in education and skills development: lessons from the field. **United Nations Development Programme (UNDP)**, 2016. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/11872%20-%20Advancing%20South-South%20Cooperation%20in%20Education_08_Web%20Version(1).pdf . Acesso em: 08 mar 2026.

AGOSTINI, Nilo. SILVEIRA, Carlos Roberto da. **A Educação segundo Paulo Freire: Da participação à libertação**. Reflexão e Ação, vol. 26, núm. 1, janeiro-abril, Universidade de Santa Cruz do Sul, pp. 149-164, 2018.

BRAFF, Lara. NELSON, Katie. **Gendered Lives – Chapter 15: The Global North: Introducing the Region.** State University of New York Press, Albany, New York, 2022. Disponível em: https://milnepublishing.geneseo.edu/genderedlives/chapter/chapter-15-the-global-north-introducing-the-region/ . Acesso em: 23 abr 2026.

BRICS BRASIL. **Sobre o BRICS**. Brasília, 2024. Disponível em: https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20BRICS,e%20promover%20a%20inclus%C3%A3o%20social . Acesso em: 6 fev. 2026.

BUECHNER, Maryanne. **Climate Crises Disrupted Schooling for 242M Children in 2024**. UNICEF USA, 2025. Disponível em: https://www.unicefusa.org/stories/climate-crises-disrupted-schooling-242m-children-2024 . Acesso em : 16 jun. 2026.

Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais e Desenvolvimento Sustentável. Meta 4. **United Nations**, 2025. Disponível em: https://sdgs.un.org/goals/goal4 . Acesso em: 20 nov. 2025.

Dicionário de Relações Internacionais. **Revista Relações Exteriores**, 2024. Disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/glossario/sul-global/ . Acesso em 2 fev 2026.

Dicionário Priberam. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/ex-col%C3%B4nia . Acesso em 20 abr 2026.

Educação em situações de emergência. **UNICEF** [20--?]. https://www.unicef.org/education/emergencies . Acesso em: 22 abr 2026.

Global Partnership. Education Data Highlights. **Global Partnership**, 2024. Disponível em: https://www.globalpartnership.org/results/education-data-highlights . Acesso em: 20 nov. 2025.

HORNER, Rory; HULME, David. **From International to Global Development: New Geographies of the 21st Century**. Development and Change, 2017. Disponível em: http://old-ddrn-website.ddrn.dk/wp-content/uploads/2021/10/Dev_Change.pdf . Acesso em: 20 jun. 2026.

IIPE UNESCO: Uma história de pioneirismo. **IIPE UNESCO**, [20--?]. Disponível em: https://www.iiep.unesco.org/pt/historia-institucional . Acesso em: 10 jan. 2026

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência Epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

Office of the Historian [20 -- ?]. **Bandung Conference (Asian-African Conference), 1955**. Disponível em: https://history.state.gov/milestones/1953-1960/bandung-conf . Acesso em: 06 fev. 2026.

SALAS, Paula. **Anísio Teixeira e a defesa da educação integral para todos**. Itaú Social, 2023. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/noticias/anisio-teixeira-e-a-defesa-da-educacao-integral-para-todos/ . Acesso em 25 abr 2026.

SILVA, Muriel Luvison Nunes da. **Educação e interculturalidade crítica: uma análise da apropriação do pensamento de Catherine Walsh nas pesquisas brasileiras (2016-2020)**. 2023. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, p. 7-38 2023. Disponível em: https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/a78e475e-f6f8-40b1-976c-078f19de669a/content . Acesso em 16 jan 2026.

The Sustainable Development Goals Report 2025. **UN Stats**, 2025. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2025/ . Acesso em: 20 nov. 2025.

UNESCO in brief. **UNESCO**, [20--?]. Disponível em: https://www.unesco.org/en/brief . Acesso em: 05 jan. 2026.

ANEXO I - Tabela de delegações

NOME DAS DELEGAÇÕES	TIPO DAS DELEGAÇÕES
MEMBROS VOTANTES	
Canadá	Membro oficial
Comunidade da Austrália	Membro oficial
Confederação Suíça	Membro oficial
Emirados Árabes Unidos	Membro oficial
Estado do Qatar	Membro oficial
Estados Unidos da América	Membro oficial
Estados Unidos do México	Membro oficial
Federação Russa	Membro oficial
Japão	Membro oficial
Reino da Arábia Saudita	Membro oficial
Reino da Bélgica	Membro oficial
Reino da Dinamarca	Membro oficial
Reino da Espanha	Membro oficial
Reino da Suécia	Membro oficial
Reino da Tailândia	Membro oficial
Reino dos Países Baixos	Membro oficial
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Membro oficial
República Árabe Síria	Membro oficial
República Argentina	Membro oficial
República Bolivariana da Venezuela	Membro oficial
República da África do Sul	Membro oficial
República da Colômbia	Membro oficial
República da Coreia	Membro oficial
República da Costa Rica	Membro oficial

República da Índia	Membro oficial
República de Cuba	Membro oficial
República de Singapura	Membro oficial
República Democrática do Congo	Membro oficial
República do Senegal	Membro oficial
República do Sudão	Membro oficial
República Federativa do Brasil	Membro oficial
República Francesa	Membro oficial
República Popular da China	Membro oficial
República Portuguesa	Membro oficial
Tuvalu	Membro oficial
MEMBROS NÃO-VOTANTES	
ACNUR	Membro observador
Anistia Internacional	Membro observador
Banco Mundial	Membro observador
Broken Chalk	Membro observador
Fundação Ford	Membro observador
Human Rights Watch	Membro observador
Malala Fund	Membro observador
NDB	Membro observador
ONU Mulheres	Membro observador
OEA	Membro observador
OCDE	Membro observador
Save the Children	Membro observador
Teachers without borders	Membro observador
UNICEF	Membro observador
União Africana	Membro observador

CINI	Membro observador
CINI	Membro observador